

CARTA DE PRINCÍPIOS

*** Roberto Rodrigues**

Em 1986, com as pressões do Plano Cruzado e suas conseqüências (congelamento de preços, falta de produtos, importação descabida), ante a expectativa de eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte, e dada a fraqueza da CNA em representar o setor agropecuário adequadamente, um grupo de poderosas entidades do agronegócio criou a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, um inédito exército de articulação das cadeias produtivas que tinham como coluna dorsal a produção rural.

A união destas instituições – entre as quais estavam os representantes dos produtores de insumos, bancos, indústrias de alimentos, além dos líderes cooperativistas, sindicais e de sociedades civis – permitiu a conquista de resultados extraordinários para os agricultores brasileiros, sobre isso já se escreveu bastante, até porque a classe rural se mobilizou como nunca antes, inclusive marchando sobre Brasília em fevereiro de 1986.

A Frente Ampla tinha uma secretaria executiva composta pelos presidentes da CNA, OCB, e SRB. Alysson Paolinelli, eleito constituinte, abriu a oportunidade para que, no primeiro dia de funcionamento da ANC, a primeira Frente criada fosse a da Agricultura, com 41 deputados e 2 senadores. Este exercício de cidadania deu conquistas notáveis na redação da Constituição aprovada em outubro de 1988.

Os resultados políticos e econômicos e as vigorosas manifestações conduzidas pela Frente Ampla em Brasília, são temas conhecidos dos antigos líderes rurais brasileiros, que com o tempo, decidiram que era preciso colocar doutrina em sua atuação. Esta decisão trouxe para o centro das atividades algumas inteligências diferenciadas, coordenadas pelo notável economista Alberto Veiga, um liberal convicto com forte base acadêmica em economia e política, que construiu um documento histórico.

Esse documento foi publicado pelo jornalista gaúcho Ismar Cardona em seu Indicador Rural, importantíssimo Jornal da Agropecuária, arauto do modernismo rural brasileiro. Ismar motivou uma discussão nacional, através do jornal, com democrática e intensa participação dos seus leitores e lideranças setoriais. As opiniões aí surgidas voltaram para o grupo condutor da Frente, dando origem à Carta de Princípios da FAAB.

Revisitando agora a Carta, vejo o quanto ela é atualíssima, quanto aos conceitos gerais.

- “de pouco vale, ao Estado, dizer-se defensor da liberdade, se não tem meios de, politicamente, assegurar aos cidadãos os direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, à segurança e à previdência. Porém, cabe também lembrar que o atendimento das necessidades pela redistribuição da riqueza não afiança a conquista da liberdade. Pelo contrário, a maioria dos regimes políticos que buscam dar ênfase ao atendimento das necessidades básicas, freqüentemente tem-se caracterizado por forte cerceamento às liberdades individuais, aí incluídas a limitação da expressão do pensamento, o

controle do direito de ir e vir, o atentado à integridade física e o dirigismo da opinião pública...”

- “A liberdade é a mola propulsora da evolução humana. Esta é definida como processo de aquisição e consolidação de valores morais, ao longo do tempo. Valores morais estáveis não podem ser impostos, mas espontaneamente aceitos por uma efetiva experiência pessoal...”

- “O acesso aos direitos humanos básicos somente é plenamente conseguido pelo caminho da liberdade de pensamento e expressão. Não cabe, portanto, ao Estado exercer qualquer controle sobre este direito fundamental. Pelo contrário, cabe-lhe não somente esquivar-se de exercer tal controle, como assegurar a cada indivíduo este direito, impedindo que qualquer outro o limite...”

- “Ao Estado, através do governo, compete atuar com isenção e responsabilidade perante a estrutura econômica, deixando de privilegiar determinados setores e grupos e restringindo ao mínimo sua intervenção sobre o mercado, modulando-a ao nível que assegure igualdade de oportunidades aos participantes do sistema competitivo...”

- “Estes princípios, aplicados ao meio rural e à atividade agrícola, possuem especial significado, em fase do alto grau de dependência em que a classe rural se encontra em relação ao Estado. O processo de retração da intervenção estatal será forçosamente de elevada complexidade são sérias implicações para os demais setores econômicos e grupos sociais...”

Depois desta clareza quanto aos fundamentos do desenvolvimento equilibrado, a Carta trata de temas específicos como a questão da renda rural, a questão social e ambiental. Era a Frente Ampla tratando, já naquele tempo, de sustentabilidade, hoje na moda.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**